

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 44/XII/3.<sup>a</sup>SL**

Aos 2 dias do mês de abril de 2014, pelas 10 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2 Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3 Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a proposta de lei n.º 211/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM);**
- 4 Fixação de redação final do texto que " Regula a base de dados e os dados pessoais registados objeto de tratamento informático no âmbito do regime de exercício da atividade de segurança privada aprovado pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio [Proposta de lei n.º 200/XII/3.<sup>a</sup>], nos termos do artigo 156.º do RAR;**
- 5 Admissão e distribuição de petições;**
- 6 Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:  
Petição n.º 329/XII/3.<sup>a</sup> - Solicita a extinção dos apoios concedidos aos ex-Presidentes da República;  
Relator: Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD)**
- 7 Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 8 Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Inspetora-Geral da Administração Interna sobre a averiguação que fez quanto à forma como se processou a atuação operacional das forças e serviços de segurança, e as respetivas consequências, nos «graves acontecimentos ocorridos nas escadarias da Assembleia da República, já por duas ocasiões»;**
- 9 Apreciação e votação das atas n.ºs 383 a 43/XII/3.<sup>a</sup>, correspondentes às reuniões de 5 a 28 de fevereiro de 2014;**
- 10 Outros assuntos.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 44/XII/3.<sup>a</sup>SL**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas nem europeias a distribuir, passou-se à apreciação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) sobre a [proposta de lei n.º 211/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD), e incidiu apenas sobre as matérias que se inserem no âmbito da competência material da Comissão, mais especificamente o disposto no artigo 3.º da proposta, na medida em que se refere à PSP e à GNR e ao correspondente subsistema de proteção social (a SAD), uma vez que não fora suscitada pela COFAP qualquer dúvida sobre a constitucionalidade das normas da proposta. No debate que se seguiu, intervieram, além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Isabel Alves Moreira e Luís Pita Ameixa (PS), Hugo Velosa (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), António Filipe (PCP) e Cecília Honório (BE), tendo todos concluído que faz parte da liberdade de cada Deputado suscitar as dúvidas de constitucionalidade que entender. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP e do BE, registando-se a ausência do PEV.

Em seguida, procedeu-se à fixação da redação final do texto que "Regula a base de dados e os dados pessoais registados objeto de tratamento informático no âmbito do regime de exercício da atividade de segurança privada aprovado pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio [[proposta de lei n.º 200/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 40/DAPLEN/2014 e, também, da alteração no n.º 4 do artigo 4.º — onde se lê: «três anos após a decisão definitiva ou transitada em julgado», deve ler-se: «três anos a contar da decisão definitiva ou transitada em julgado» —, que foi sugerida pelo Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS).

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 44/XII/3.<sup>a</sup>SL**

No quinto ponto da ordem do dia, procedeu-se à distribuição e admissão da seguinte petição:

Nº	Título	Deputado relator
<a href="#">369/XII/3</a>	Contra o encerramento da 44ª esquadra da PSP (Lumiar, Lisboa) e pelo reforço de policiamento de proximidade a pé	Deputada Andreia Neto (PSD)

No ponto seguinte, foi apreciado o relatório da [petição n.º 329/XII/3.<sup>a</sup>](#) – Solicita a extinção dos apoios concedidos aos ex-Presidentes da República, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD). Após um breve debate, em que interveio o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No sétimo ponto da ordem dia, a Senhora Deputada Elza Pais (PS) procedeu à apresentação do seu relatório sobre a iniciativa europeia [COM\(2014\)2](#) final – *Relatório conjunto sobre a aplicação da Diretiva 2000/43/CE do Conselho, de 29 de junho de 2000, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica («Diretiva relativa à igualdade racial»)* e da *Diretiva 2000/78/CE, de 27 de Novembro de 2000, que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na atividade profissional («Diretiva relativa à igualdade no emprego»)*. No debate, intervieram as Senhoras Deputadas Cecília Honório (BE) e Teresa Anjinho (CDS-PP) e, no final, submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Seguiu-se a apresentação, pela Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), do seu relatório sobre a iniciativa europeia [COM\(2013\)843](#) - Comunicação da Comissão ao parlamento Europeu e ao Conselho relativa ao relatório conjunto da Comissão e do

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 44/XII/3.<sup>a</sup>SL**

Departamento do Tesouro dos EUA sobre o valor dos dados fornecidos no quadro do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo (TFTP), nos termos do artigo 6.º, n.º 6, do Acordo entre a UE e os EUA sobre o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros e a sua transferência da UE para os EUA para efeitos do TFTP. Proferiram intervenções o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que considerou que a opinião expressa pela relatora valorizou o relatório, e o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), que concordou genericamente com as considerações da Deputada relatora, apenas divergindo nas críticas feitas ao modelo de designação do membro nacional na Eurojust. No final, submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No oitavo ponto, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para a audição da Inspetora-Geral da Administração Interna sobre a averiguação que fez quanto à forma como se processou a atuação operacional das forças e serviços de segurança, e as respetivas consequências, nos «graves acontecimentos ocorridos nas escadarias da Assembleia da República, já por duas ocasiões». No debate que se seguiu, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS), Cecília Honório (BE) e Hugo Velosa (PSD) e, no final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto seguinte, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 38 a 43/XII/3.<sup>a</sup>, correspondentes, respetivamente, às reuniões de 5 a 28 de março de 2014, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto reservado a «Outros assuntos», foi referido pela Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) que o grupo de trabalho constituído para promover um debate alargado sobre a Convenção de Istambul iria centrar-se sobretudo nas implicações penais na legislação portuguesa, tratando-se, portanto, de matéria essencialmente jurídica. O Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) indicou a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira para representar o Grupo Parlamentar do PS nesse grupo de trabalho, tendo o Grupo Parlamentar do PSD já indicado a Senhora Deputada Carla Rodrigues para o mesmo efeito.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 44/XII/3.ªSL**

Sobre a audição da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), deliberada em reunião anterior, o Senhor Presidente esclareceu que a mesma ainda não teve lugar por impossibilidade de agenda da própria CNPD e da Comissão. Também questionado, pelo Senhor Deputado Jorge Lação (PS), sobre a vinda do Conselho Superior da Magistratura, o Senhor Presidente informou que, possivelmente, teria lugar na quarta-feira seguinte, data ainda sujeita a confirmação.

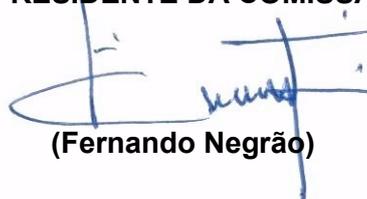
Por outro lado, a propósito da decisão de limitar o acesso às redes sociais a partir dos computadores da escola, entre as 8h30 e as 13h30, anunciada pelo Ministério da Educação, o Senhor José Magalhães (PS) questionou se tal medida, além das necessárias implicações pedagógicas, não levantaria questões relacionadas com os direitos, liberdades e garantias, sugerindo que um grupo de Deputados se debruçasse sobre essa matéria, ideia que ficou de formalizar por escrito a fim de ser debatida numa próxima reunião.

Por fim, a Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD) usou da palavra para assinalar que nessa data, dia 2 de abril, se comemoravam os 38 anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa, o que suscitou as intervenções do Senhor Deputado Luís Pita Ameixa, da Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) e do Senhor Presidente, regozijando-se por esse facto.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de abril de 2014

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



(Fernando Negrão)

**Aprovada em 07-05-2014**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 44/XII/3.ªSL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Gameiro  
Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Francisca Almeida  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
João Lobo  
Jorge Lacão  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Telmo Correia  
Teresa Anjinho  
Teresa Leal Coelho  
Elza Pais

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Lopes Soares  
Isabel Oneto  
José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe